

aporte de recursos para reduzir custo da operação.

JC – Ainda na Região Sul há expectativa com projetos como parques eólicos e hidrogênio verde. Mas a prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, falou também na expectativa de uma nova fábrica de celulose da CMPC em Pelotas ou Região Sul. Existe essa expectativa por parte do governo do Estado?

Leite – Estamos trabalhando desde o início do governo passando buscando criar condições para que nessa área da celulose tenhamos a disposição de investidores de promover uma nova planta. Sempre digo que o investimento privado não é – ao contrário do que algumas pessoas pensam – pegar alguém pelo braço e mandar investir: buscamos criar as condições para isso. Então, fizemos um novo zoneamento do Estado que permite muito aumentar a área plantada...

JC – Na silvicultura...

Leite – Na silvicultura: pinus, eucalipto, o que dá mais motivação para esse setor empreender em uma nova planta de celulose, seja da CMPC ou seja outra empresa. Então, estamos criando essas condições, conversando, mas a decisão eu deixo para a empresa. Estou trabalhando como governador para criar condições para que o Estado possa receber um novo investimento.

JC – O Estado foi bem-sucedido nas privatizações, vendeu as estatais. Qual é sua avaliação sobre os serviços prestados pelas empresas que assumiram?

Leite – Tínhamos muitas dificuldades na operação dessas empresas públicas, especialmente distribuição de energia (CEEE-D). Privatizamos quatro companhias na área de energia – a Sulgás e três companhias da CEEE, distribuição, geração e transmissão – além de saneamento, a Corsan. A Sulgás acabou de entregar gás canalizado na Serra Gaúcha, está fazendo investimentos. Na energia, a empresa de transmissão tem um plano de investimentos 10 vezes maior do que a empresa pública tinha. A CEEE-T tinha capacidade de investimentos de R\$ 60 milhões por ano, agora a empresa privada tem um plano que alcança mais de R\$ 500 milhões anuais de investimentos em transmissão. A CEEE Geração também anda bem. E na parte de distribuição, o ponto mais sensível, infelizmente, temos visto alguns problemas operacionais. Mas é importante lembrar que a companhia pública já tinha muitas dificuldades, em religação, substituição de postes de madeira, investimentos para a qualidade de energia. E estava em vias de perder a concessão, o governo federal estava cassando a concessão da empresa

CEEE Distribuidora por não cumprir parâmetros contábeis e nem de serviços. Então, mesmo que o Estado não tivesse privatizado a CEEE, estaríamos diante de outra empresa prestando esse serviço, porque a CEEE perderia a concessão. E o Estado, os gaúchos estariam pagando os passivos acumulados da CEEE. Então, ainda há muito a melhorar.

JC – Precisa melhorar?

Leite – Muito a melhorar. Tem problemas acumulados no passado de uma companhia pública com muitos problemas, tem muito a melhorar. E o Estado passa a estar em outro polo, que é não o de operador, mas de um demandante fiscal desse contrato. Então, via agência de fiscalização, cumpre o seu papel, provoca, multa – inclusive a empresa, se há deficiência de serviços –, e vamos continuar fiscalizando para garantir que aperfeiçoe esse serviço e atenda melhor a população.

JC – Vieram os números do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), bem complicados em relação à Educação, que o senhor elegeu como pauta principal. Como acelerar melhorias na Educação?

Leite – Estamos falando para o Jornal do Comércio, naturalmente entra na parte econômica, e às vezes a Educação não é observada pelo seu componente econômico, que eu insisto muito: o Estado não será mais competitivo simplesmente pela carga tributária menor, tem que ser competitivo porque oferece também capital humano de excelente qualidade, capaz de produzir mais. E, no caso do Rio Grande do Sul, temos ainda números que saíram do Censo do IBGE, mostrando que o Estado é o mais envelhecido do País, com mais idosos percentualmente em relação à população

economicamente ativa. Já perdemos o bônus demográfico. Precisamos ser capazes de entregar capital humano de excelente qualidade para poder produzir mais – economicamente, inclusive.

JC – Como?

Leite – Estamos atuando em todas as frentes: formação de professores, expansão do Ensino Médio em tempo integral, bolsa para jovens permanecerem em sala de aula, porque temos problema de evasão, abandono e reprovação. Para enfrentar reprovação, estudos de aprendizagem contínuo, uma modalidade do Estado para – não significa aprovação automática – evitarmos reprovação, a partir de estudos de recuperação, aprendizagem contínua, que tem dado um efeito importante para evitar a perda de alunos. E para combater evasão e abandono, para alunos de baixa renda, 70 mil jovens recebem uma bolsa do governo do Estado pelo programa Todo Jovem na Escola, R\$ 250 milhões para podermos reter esses jovens. Tem ainda investimento na infraestrutura escolar. Como o Estado enfrentou crise fiscal durante tanto tempo, muitas escolas não receberam manutenção, e os problemas estão se apresentando ainda hoje, no telhado, rede elétrica, obras que foram feitas com problemas. E temos a expansão do Ensino Médio em tempo integral, tinha 1% das escolas em tempo integral, fomos a 10% em 2023 e vamos a 18% das escolas de Ensino Médio em tempo integral.

JC – E o apagão de professores, como enfrentar?

Leite – Estamos fazendo o programa Professor do Amanhã. O Estado está contratando vagas nas universidades comunitárias, vamos pagar uma bolsa aos estudantes, quem for fazer Pedagogia



TÂNIA MEINERZ/JC



Não tenho temor (que empresas gaúchas se transfiram para SC com a alta do ICMS); a alíquota nunca foi determinante

ou outras licenciaturas, para termos professores, vamos pagar bolsa de R\$ 800, pagar o custo na universidade para formarmos mais professores.

JC – Nas contas públicas, se a elevação do ICMS não passar, incentivos fiscais serão cortados. Qualquer uma dessas medidas prejudica atração de investimentos e competitividade do RS?

Leite – Quando alguma entidade empresarial fala em aumento de impostos, é importante falar que esse aumento está sendo feito sobre uma base que se reduziu, porque era 30% o ICMS sobre energia, comunicação, foi reduzido para 25%, para 17%, e, agora, queremos trazer de 17% para 19,5%. Muito distante dos 25% e mais distante ainda dos 30% que chegaram a ser cobrados em um período de crise fiscal do Estado. Então, é sobre uma base reduzida, que reduziu, reduziu, reduziu... só que reduziu demais, por conta de decisões nacionais, e agora precisamos fazer um ajuste, mas ainda deixando para o Estado uma carga tributária muito menor do que aquela que assumimos no governo. Então, se não é confortável o ajuste na alíquota modal, é melhor do que as outras opções. Se não se viabilizar, vamos encaminhar recomposição de receitas de outras formas.

JC – Decretos de corte de benefícios fiscais...

Leite – Benefício fiscal não é apenas a grande empresa que recebe. É cesta básica, insumos do agronegócio que produz alimentos, benefício fiscal para proveito da população e setores econômicos estratégicos. Vamos trabalhar para que isso aconteça sem ferir a competitividade do Estado. Para poder competir, não é só o imposto baixo, tem que ter estrada, segurança, formação de mão de obra. Tudo isso exige política pública que tem que ter capacidade fiscal para fazer. Se o governo não tiver capacidade de financiar essas políticas públicas, o Estado não fica mais competitivo, o Estado fica menos competitivo. Aliás, muito se compara o Rio Grande do Sul com Santa Catarina. É importante dizer que Santa Catarina conseguiu ganhar em competitividade porque foi agressiva em benefícios fiscais a diversos setores. Não foi por causa da alíquota modal. Se fosse por causa da alíquota modal, São Paulo historicamente é 18% enquanto Santa Catarina é 17%. A alíquota modal nunca foi a determinante para incentivar instalação de empresas.

JC – O senhor não teme que empresas gaúchas transfiram a operação para Santa Catarina, com alíquota de ICMS de 17%, se o RS estiver com 19,5%?

Leite – Nenhum temor dessa natureza. Nenhum temor. Se fosse por isso, 20 estados brasileiros já aprovaram o ajuste da sua alíquota modal, muitos deles para 22%, 21% – estamos propondo 19,5% – então, quase todos os estados estão errados e vão empurrar empresas para outros estados que não tenham majorado. Não faz sentido. É claro que não é isso que é o determinante.



Governador Eduardo Leite recebeu equipe de jornalistas do JC no Palácio Piratini para projetar o próximo ano

TÂNIA MEINERZ/JC